



DIÁRIO OFICIAL PORTO ALEGRE

Órgão de Divulgação do Município - Ano XXX - Edição 7675 - terça-feira, 30 de dezembro de 2025

Divulgação: terça-feira, 30 de dezembro de 2025

Publicação: segunda-feira, 5 de janeiro de 2026

Executivo - DOCUMENTOS OFICIAIS

Documentos Oficiais

Procuradoria-Geral do Município

Protocolo: 583700

INSTRUÇÃO NORMATIVA 009/2025

PROCESSO 25.0.000174244-5

Estabelece critérios para o ressarcimento da contribuição da anuidade da OAB aos Procuradores Municipais em exercício na Procuradoria-Geral do Município – PGM.

O PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a deliberação da Junta de Administração do Fundo de Reaparelhamento e Modernização da Procuradoria Geral - FURPGM, conforme Ata 005/2025;

CONSIDERANDO a existência de previsão orçamentária específica, por intermédio do Fundo de Reaparelhamento e Modernização da Procuradoria-Geral do Município – FURPGM;

DETERMINA:

Art. 1º O ressarcimento dos valores correspondentes ao pagamento da anuidade da OAB/RS aos Procuradores Municipais em atividade na PGM, e da anuidade da OAB/DF aos Procuradores-Assessores em atividade na Capital Federal, ocorrerá conforme os procedimentos estabelecidos nesta Instrução Normativa, exceto para os casos de afastamentos decorrentes dos incisos V, VII e X, do art. 55, e incisos I, II, IV, V, do art. 63, todos da Lei Complementar 701/2012, combinado com o inciso VIII do art. 141 da Lei Complementar nº 133/85.

Art. 2º Os valores a serem ressarcidos ocorrerão sob a forma de indenização correspondente ao valor da anuidade com maior desconto para pagamento na modalidade cota única.

§ 1º O ressarcimento será proporcional aos meses efetivamente trabalhados na PGM:

I - A partir do retorno dos afastamentos previstos no art. 1º durante o exercício vigente;

II - A contar da data da posse no cargo de Procurador Municipal.

§ 2º Fica vedado o ressarcimento de exercícios anteriores, em qualquer hipótese.

Art. 3º Serão ressarcidas as anuidades quitadas até o dia 30 de abril do exercício vigente.

§ 1º A quitação do pagamento das anuidades será confirmada por Ofício assinado pelo Diretor Tesoureiro da Seccional RS, com base em lista contendo a nominata dos Procuradores ativos e em exercício na PGM encaminhada à OAB/RS.

§ 2º Os Procuradores Municipais com inscrição na seccional do Distrito Federal deverão apresentar recibo de quitação do pagamento da anuidade até o dia 31 de janeiro do exercício vigente.

Art. 4º Após a data estabelecida no artigo anterior, os valores não serão mais ressarcidos, exceto em circunstâncias excepcionais devidamente justificadas e homologados pelo Sr. Procurador-Geral, e nas situações prevista no § 1º do art. 2º desta Instrução Normativa.

Art. 5º Revoga-se a Instrução Normativa 001/2022.

Art. 6º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar do Exercício de 2026.

Porto Alegre, 30 de dezembro de 2025.

JHONNY PRADO, Procurador-Geral do Município.